



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

CNPJ: 22.228.688/0001-02

Autarquia Municipal criada pela Lei nº 549/66

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 – Loteamento do Parque

CEP: 37750-000

Machado – MG

Tel.: 35-3295-0750

[www.saaemachado.mg.gov.br](http://www.saaemachado.mg.gov.br)

# PREGÃO ELETRÔNICO

014/2024

## OBJETO

Aquisição de motobombas e bombas elétricas, para atender ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, de Machado/MG.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$223.717,63 (duzentos e vinte três mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e três centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/11/2024 às 08:30h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM (Exclusivamente)

## Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DOS RECURSOS	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

**Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000

Telefones: (35) 3295-0750 – E-mail: [compras@saaemachado.mg.gov.br](mailto:compras@saaemachado.mg.gov.br)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº014/2024**

(Processo Administrativo nº019/2024)

Torna-se público que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Machado/MG, por meio da Seção de Compras e Licitações, sediado a Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 – Loteamento do Parque, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de motobombas e bombas elétricas, para atender ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, de Machado/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e junto à Bolsa de Licitações e Leilões: (<https://bll.org.br/>).
- 2.1.1. **Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.**
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.7.9. *peessoas jurídicas reunidas em consórcio*;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo

ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.
- 3.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá incluir no sistema declaração, nos moldes do Anexo II que:**

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
  - 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 4.1.1. *Valor unitário do item*;
  - 4.1.2. Marca;

4.1.3. *Fabricante;*

- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  - 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
  - 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na e

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 10,00 (dez reais)*.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
  - 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
  - 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item
  - 5.13.2. poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
  - 5.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 5.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 5.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
  - 5.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 5.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.21.2.2. empresas brasileiras;

- 5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**
- 5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 6.7.1. conter vícios insanáveis;
  - 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
  - 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
    - 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
    - 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
  - 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
  - 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação

econômico-financeira, haverá um acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
  - 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
  - 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
  - 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
  - 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
  - 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):**

**7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e**

**7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;**

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede administrativa do SAAE, situado à Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 - Loteamento do Parque - Machado/MG.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 **(quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pe*la plataforma <https://bll.org.br/>.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  - 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://saaemachado.mg.gov.br/categoria/licitacoes-em-andamento/>.
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
    - 11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
  - 11.11.2. ANEXO II – Modelo de Declarações obrigatórias para Participação.

Machado, 05 de novembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
**JOSE ANTONIO DE ARAUJO JUNIOR**  
Data: 05/11/2024 14:41:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**José Antônio de Araújo Júnior**

**Diretor**

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO****Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000

**Telefones: (35) 3295-0750 – E-mail: [compras@saaemachado.mg.gov.br](mailto:compras@saaemachado.mg.gov.br)****TERMO DE REFERÊNCIA - 008/2024 - SOMEXP**

Processo Administrativo nº 019/2024

**1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Aquisição de motobombas e bombas elétricas, para atender ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, de Machado/MG.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, CARCAÇA EM FERRO FUNDIDO OU AÇO, ROTOR EM GGG40 SEMIABERTO ANTI BLOCL, SELO MECÂNICO DUPLOGCB C SSB, PERMITE A PASSAGEM DE SÓLIDOS DE ATÉ 50MM, ISOLAÇÃO CLASSE H (180°C), EIXO EM INOX AISI 420, SAÍDA COM DN 3 POL, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380V, POTÊNCIA MÍNIMA 30 CV, 3500RPM, 440VTR, IP68, 60HZ, Q X AMT: 84,2M3/H X 42,0 MCA COM KIT COMPLETO PARA INSTALAÇÃO FIXA COMPOSTO POR PEDESTAL 3", TUBOS GUIA E	unidade	448074	1	R\$ 59.071,33	R\$ 59.071,33

	CORRENTE GALVANIZADOS.  <b>OBS:</b> QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO FAMAC FBS-NG- 30023A1					
--	--	--	--	--	--	--

2	MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL 3,0CV ROTOR DE 106 MM TRIFÁSICO IP68 220V ROTOR MONOCANAL, ANTI ENTUPIMENTO RECALQUE (POL)2". VAZÃO MÁXIMA: 54,0M3/H - PRESSÃO MÁXIMA: 20,0 MCA - OBS.: ISENTA DE ÓLEO NO MOTOR (CÂMARA SECA), A REFRIGERAÇÃO É REALIZADA PELA ÁGUA PELA QUAL ESTÁ SUBMERGIDA. SUBMERGÊNCIA MÁXIMA DE 10,0M. PASSAGEM MÁXIMA DE SÓLIDOS DE 50MM.CARÇAÇA EM INOX 304.SUORTE DE SUCÇÃO EM INOX 304. ROTOR EM INOX 304. ANÉIS DE VEDAÇÃO EM BUNA N. SELO MECÂNICO DUPLO LUBRIFICADO A ÓLEO: SUPERIOR: FACES EM GRAFITE E CERÂMICA. MOLA EM INOX 304 E ELASTÔMERO (BORRACHA) EM	unidade	476545	4	R\$ 9.892,00	R\$ 39.568,00
---	---	---------	--------	---	-----------------	------------------

	BUNA N; INFERIOR: FACES EM CARBETO DE SILÍCIO. MOLA EM INOX 304 E ELASTÔMERO (BORRACHA) EM BUNA N.COM QUADRO DE ACIONAMENTO PARA PARTIDA DIRETA COM BOIA ELÉTRICA INCLUÍDO.					
3	MOTOBOMBA SUBMERSIVEL 1,0 CV ROTOR DE 78 MM MONOFÁSICO IP68 230V.RECALQUE (POL)2". CARCAÇA EM INOX 304. ISENTA DE ÓLEO NO MOTOR (CÂMARA SECA), A REFRIGERAÇÃO É REALIZADA PELA ÁGUA PELA QUAL ESTÁ SUBMERGIDA. SUPORTE DE SUÇÃO EM INOX 304.ROTOR EM INOX 304. ANÉIS DE VEDAÇÃO EM BUNA N. SELO MECÂNICO DUPLO LUBRIFICADO A ÓLEO: SUPERIOR: FACES EM GRAFITE E CERÂMICA. MOLA EM INOX 304 E ELASTÔMERO (BORRACHA) EM BUNA N; INFERIOR: FACES EM CARBETO DE SILÍCIO. MOLA EM INOX 304 E ELASTÔMERO (BORRACHA) EM	unidade	448074	2	R\$ 7.645,00	R\$ 15.290,67

	BUNA N. ALTURA MIN (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 1,5 METROS / 30.000 LITROS HORA. ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 7,7 METROS / 6.000 LITROS HORA. COM QUADRO DE ACIONAMENTO Monofásico, PARA PARTIDA DIRETA COM BOIA ELÉTRICA.					
4	MOTOBOMBA CENTRÍFUGA DE INOX 2,0CV 130MM DE ROTOR 110/220V MONOFÁSICO IP21. SUCÇÃO (POL) 1". RECALQUE (POL) 1". ROTAÇÃO (RPM) 3500. ALTURA MIN (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 22 METROS / 15.600 LITROS HORA. ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 28 METROS / 5.900 LITROS HORA. COM QUADRO DE ACIONAMENTO MONOFÁSICO, PARA PARTIDA DIRETA COM BOIA ELÉTRICA.	unidade	150807	2	R\$ 5.448,33	R\$ 10.896,67
5	MOTOBOMBA CENTRÍFUGA 10,0CV 165MM DE ROTOR EM BRONZE 220/380/440V TRIFÁSICO. SUCÇÃO DE 2 1/2". RECALQUE 1	unidade	338062	2	R\$ 10.284,66	R\$ 20.569,33

	1/2". ALTURA MIN (M.C.A) / VAZ ÃO LITROS POR HORA 33 METROS /42,000/ POR HORA ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 42 METROS /28,000/ POR HORAS					
6	MOTOBOMBA CENTRÍFUGA 4,0CV 164MM DE ROTOR 220v/380V TRIFÁSICO ROTOR (MM) 164MM GARANTIA 12 MESES SUCÇÃO (POL) 1 1/2" RECALQUE (POL) 1" ROTAÇÃO (RPM) 3500 TIPO DE MOTOR IP -21 2 POLOS ALTURA MIN (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA5 METROS / 20.900 LITROS HORA ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA50 METROS / 5.000 LITROS HORA	unidade	355547	1	R\$ 5.197,00	R\$ 5.197,00
7	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 1,0 – 40,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUCÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS PARA	unidade	444543	1	R\$ 25.731,69	R\$ 25.731,70

	FLUÍDO SULFATO DE ALUMÍNIO 50%.					
8	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 0,5 – 12,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUCÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS HIDRÓXIDO DE CÁLCIO 20%.	unidade	444544	1	R\$ 18.387,03	R\$ 18.387,04
9	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 6,0 – 80,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUCÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS HIDRÓXIDO DE CÁLCIO 20%.	unidade	444545	1	R\$ 23.808,89	R\$ 23.808,90

1.2 Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta aquisição não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Subcontratação**

4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1 O **item 01** deverá ser entregue na ETA II - localizado à entrada pela BR 267, Km 2, Estação de Tratamento de Água, Sítio Nova Delhi Machado MG. CEP 37.750-000. Coordenadas geográficas: 21°41'45"S 45°54'32"O.

5.2 Os demais itens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000.

5.3 Entende-se por recebimento o descarregamento e acomodação dos equipamentos no local indicado, que será por conta da contratada e às suas custas.

5.4 O prazo de entrega dos bens é de 45 dias corridos, contados da assinatura do empenho pela SAAE Machado/MG e Autorização de Fornecimento pelo setor responsável, em remessa única.

5.5 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6 Junto com o equipamento deverá ser recebida cópia da nota fiscal, manual com todas as especificações e Termo de garantia (modelo Anexo I no ETP).

#### **Garantia manutenção e assistência técnica**

5.7 O prazo de garantia contratual do equipamento, será de 12 meses após o vencimento da garantia prevista no Código de Defesa do Consumidor, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.10 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 5.11 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.12 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.13 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.14 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.15 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.16 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.17 O custo referente ao transporte do equipamento cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.18 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), indicados no contrato ou outro instrumento hábil que o substitua.
- 6.7 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8 O fiscal do contrato informará à autoridade responsável, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.9 O fiscal do contrato comunicará, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

## 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 7.1 Os equipamentos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2 Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que compete à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

- 7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

- 7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1 o prazo de validade;
  - 7.10.2 a data da emissão;
  - 7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;
  - 7.10.5 o valor a pagar; e
  - 7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice do IPCA de correção monetária.

### Forma de pagamento

- 7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

- 8.2 O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

- 8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

- 8.4 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.12 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.13 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$223.717,63** (duzentos e vinte três mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e três centavos). Conforme custos unitários na tabela acima.


## 10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Autarquia.

10.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

- 0301 17512 0019 3021 449051
- 0301 17512 0019 4003 449052
- 0301 17512 0019 4004 449052

Machado, 31 de Outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **EDSON PRUDENCIANO DA SILVA**  
Data: 05/11/2024 13:14:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Edson Prudenciano da Silva  
Chefe da seção de expansão



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

**Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000

**Telefones: (35) 3295-0750 – E-mail: [compras@saaemachado.mg.gov.br](mailto:compras@saaemachado.mg.gov.br)**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – 008/2024- SOMEXP**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE**

Número do Processo: 0019/2024

Seção solicitante: Seção de Expansão

Equipe de Planejamento da Contratação:

**Servidor:** Edson Prudenciano da Silva – Chefe da seção de expansão matrícula nº 188; Cargo Bombeiro Hidráulico.

**Servidor:** Kleber Rodomar Ricardo Caproni; matrícula nº 260; Cargo: encanador; Função: membro da comissão de contratação.

**2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A aquisição de conjuntos de motores elétricos e bombas é de suma importância para a autarquia. A cidade de Machado-MG possui um terreno de relevo montanhoso, sendo necessário o abastecimento de diversas localidades por meio de reservatórios elevados que necessitam do devido bombeamento para funcionarem. As bombas existentes já possuem certo tempo de uso, sendo necessário a aquisição de equipamentos reservas a fim de se evitar interrupções no abastecimento devido a falhas inesperadas. Existem também estações elevatórias de esgoto, que captam o esgotamento sanitário das residências e os direcionam à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), evitando o seu deságue nos rios, cumprindo assim um importante papel ambiental. Os equipamentos elétricos objeto desta contratação são indispensáveis para o exercício da atividade fim desta autarquia, tanto no tangente à água potável quanto ao esgotamento sanitário, tornando-se justificada a sua aquisição.

**3. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

3.1 A necessidade da contratação encontra-se alinhada com o planejamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Machado - SAAE, previsto no Plano Anual de Contratações 2024, publicado no link <https://pncp.gov.br/app/pca/22228688000102/2024/1>.

**4. DO QUANTITATIVO ESTIMADO**

4.1. Analisado a demanda da instituição dos últimos 5 (cinco) anos, com base em trocas e manutenção de equipamentos elétricos, lançadas no software de gestão utilizado pela autarquia, foi realizado o cálculo do quantitativo estimado.

4.2. Segue relação das quantidades estabelecidas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	<p>MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, CARCAÇA EM FERRO FUNDIDO OU AÇO, ROTOR EM GGG40 SEMIABERTO ANTI BLOCL, SELO MECÂNICO DUPLOGCB C SSB, PERMITE A PASSAGEM DE SÓLIDOS DE ATÉ 50MM, ISOLAÇÃO CLASSE H (180°C), EIXO EM INOX AISI 420, SAÍDA COM DN 3 POL, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380V, POTÊNCIA MÍNIMA 30 CV, 3500RPM, 44OVTR, IP68, 60HZ, Q X</p> <p>AMT: 84,2M3/H X 42,0 MCA COM KIT COMPLETO PARA INSTALAÇÃO FIXA COMPOSTO POR PEDESTAL 3", TUBOS GUIA E CORRENTE GALVANIZADOS.</p> <p><b>OBS:</b> QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO FAMAC FBS-NG- 30023A1</p>	unidade	1

2	<p>MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL 3,0CV ROTOR DE 106 MM TRIFÁSICO IP68 220V ROTOR MONOCANAL, ANTI ENTUPIIMENTO RECALQUE (POL)2". VAZÃO MÁXIMA: 54,0M3/H - PRESSÃO MÁXIMA: 20,0 MCA - OBS.: ISENTA DE ÓLEO NO MOTOR (CÂMARA SECA), A REFRIGERAÇÃO É REALIZADA PELA ÁGUA PELA QUAL ESTÁ SUBMERGIDA. SUBMERGÊNCIA MÁXIMA DE 10,0M. PASSAGEM MÁXIMA DE SÓLIDOS DE 50MM.CARCAÇA EM INOX 304.SUPORE DE SUCÇÃO EM INOX 304. ROTOR EM INOX 304. ANÉIS DE VEDAÇÃO EM BUNA N. SELO MECÂNICO DUPLO LUBRIFICADO A ÓLEO: SUPERIOR: FACES EM GRAFITE E CERÂMICA. MOLA EM INOX 304 E ELASTÔMERO (BORRACHA) EM BUNA N; INFERIOR: FACES EM CARBETO DE SILÍCIO. MOLA EM INOX 304 E ELASTÔMERO (BORRACHA) EM BUNA N.COM QUADRO DE ACIONAMENTO PARA PARTIDA DIRETA COM BOIA ELÉTRICA INCLUÍDO.</p>	unidade	4
---	---	---------	---

3	<p>MOTOBOMBA SUBMERSIVEL 1,0 CV          ROTOR DE 78 MM MONOFÁSICO          IP68 230V.RECALQUE (POL)2".          CARCAÇA EM INOX 304. ISENTA          DE ÓLEO NO MOTOR (CÂMARA          SECA), A REFRIGERAÇÃO É          REALIZADA PELA ÁGUA PELA          QUAL ESTÁ SUBMERGIDA.          SUPORTE DE SUCÇÃO EM INOX          304.ROTOR EM INOX 304. ANÉIS          DE VEDAÇÃO EM BUNA N. SELO          MECÂNICO DUPLO LUBRIFICADO          A ÓLEO: SUPERIOR: FACES EM          GRAFITE E CERÂMICA. MOLA EM          INOX 304 E ELASTÔMERO          (BORRACHA) EM BUNA N;          INFERIOR: FACES EM CARBETO          DE SILÍCIO. MOLA EM INOX 304 E          ELASTÔMERO (BORRACHA) EM          BUNA N. ALTURA MIN (M.C.A) /          VAZÃO LITROS POR HORA 1,5          METROS / 30.000 LITROS          HORA.ALTURA MÁX (M.C.A) /          VAZÃO LITROS POR HORA 7,7          METROS / 6.000 LITROS HORA.          COM QUADRO DE ACIONAMENTO          MONOFÁSICO, PARA PARTIDA DIRETA COM BOIA ELÉTRICA.</p>	unidade	2
4	<p>MOTOBOMBA CENTRÍFUGA DE INOX          2,0CV 130MM DE ROTOR          110/220V MONOFÁSICO          IP21.SUCÇÃO (POL) 1".          RECALQUE (POL) 1". ROTAÇÃO          (RPM) 3500.ALTURA MIN (M.C.A)          / VAZÃO LITROS POR HORA 22          METROS / 15.600 LITROS          HORA.ALTURA MÁX (M.C.A) /          VAZÃO LITROS POR HORA 28          METROS / 5.900 LITROS HORA.          COM QUADRO DE ACIONAMENTO          MONOFÁSICO, PARA PARTIDA          DIRETA COM BOIA ELÉTRICA.</p>	unidade	2
5	<p>MOTOBOMBA CENTRÍFUGA 10,0CV          165MM DE ROTOR EM BRONZE          220/380/440V TRIFÁSICO.          SUCÇÃO DE 2 1/2". RECALQUE 1          1/2". ALTURA MIN (M.C.A) / VAZ          ão LITROS POR HORA 33          METROS /42,000/ POR HORA          ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO          LITROS POR HORA 42 METROS          /28,000/ POR HORAS</p>	unidade	2
6	<p>MOTOBOMBA CENTRÍFUGA 4,0CV          164MM DE ROTOR 220v/380V          TRIFÁSICO ROTOR (MM) 164MM</p>	unidade	1

	GARANTIA 12 MESES SUCÇÃO (POL) 1 1/2" RECALQUE (POL) 1" ROTAÇÃO (RPM) 3500 TIPO DE MOTOR IP -21 2 POLOS ALTURA MIN (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 5 METROS / 20.900 LITROS HORA ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 50 METROS / 5.000 LITROS HORA		
7	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 1,0 – 40,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUCÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS PARA FLUÍDO SULFATO DE ALUMÍNIO 50%.	unidade	1
8	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 0,5 – 12,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUCÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS HIDRÓXIDO DE CÁLCIO 20%.	unidade	1
9	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 6,0 – 80,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUCÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS HIDRÓXIDO DE CÁLCIO 20%.	unidade	1

## 5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Foi analisada a demanda da instituição dos últimos 5 (cinco) anos, com base em trocas e manutenções em equipamentos elétricos, lançadas no software de gestão utilizado pela autarquia, chegando-se ao cálculo do valor gasto estimado. Foi observado as necessidades de cada lugar em que os equipamentos serão usados, sendo calculadas suas especificações.

5.2 Dentre as soluções disponíveis no mercado, levantou-se:

- a) A contratação de empresa especializada em locação de motores elétricos;
- b) Aquisição de novos equipamentos;

5.3 Diante das soluções levantadas a opção “b” foi a mais viável e vantajosa ao Erário. Desta forma, levantou-se as especificações dos equipamentos, através de estudo de campo. Sendo analisado o tempo de uso, potência necessária, peso adequado, aplicações possíveis e qualidades que se fazem indispensáveis à boa execução do serviço prestado.

5.4 Ressalta-se que as soluções foram apreciadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende às determinações legais, mostrando-se a opção mais viável e econômica à Autarquia.

## 6. DA ESTIMATIVA DO VALOR

6.1 De modo que os fornecedores pudessem realizar os cálculos de custos para atender as demandas, determinou-se quantidades mínimas e preços médios a serem solicitados a cada pedido.

6.2 O preço médio de cada equipamento foi aferido através de cotação direta com 3 (três) fornecedores e com o uso da plataforma BLL compras (bolsa de licitações e leilões), com o objetivo de identificar a existência de novas tecnologias ou inovações que melhor atendam as necessidades da administração.

6.3 O valor médio estimado a ser contratado é de **R\$223.717,63** (duzentos e vinte três mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e três centavos.). Distribuídos na forma da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
1	MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL, CARCAÇA EM FERRO FUNDIDO OU AÇO, ROTOR EM GGG40 SEMIABERTO ANTI BLOCL, SELO MECÂNICO DUPLOGCB C SSB, PERMITE A PASSAGEM DE SÓLIDOS DE ATÉ 50MM, ISOLAÇÃO CLASSE H (180°C), EIXO EM INOX AISI 420, SAÍDA COM DN 3 POL, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 220/380V, POTÊNCIA MÍNIMA 30 CV, 3500RPM, 44OVTR, IP68, 60HZ, Q X AMT: 84,2M3/H X 42,0 MCA COM KIT COMPLETO PARA INSTALAÇÃO FIXA COMPOSTO POR PEDESTAL 3", TUBOS GUIA E CORRENTE GALVANIZADOS.  <b>OBS:</b> QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO FAMAC FBS-NG- 30023A1	unidade	1	R\$ 59.071,33

2	<p>MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL 3,0CV          ROTOR DE 106 MM TRIFÁSICO          IP68 220V ROTOR MONOCANAL,          ANTI ENTUPIIMENTO RECALQUE          (POL)2". VAZÃO MÁXIMA:          54,0M3/H - PRESSÃO MÁXIMA:          20,0 MCA - OBS.: ISENTA DE ÓLEO          NO MOTOR (CÂMARA SECA), A          REFRIGERAÇÃO É REALIZADA          PELA ÁGUA PELA QUAL ESTÁ          SUBMERGIDA. SUBMERGÊNCIA          MÁXIMA DE 10,0M. PASSAGEM          MÁXIMA DE SÓLIDOS DE          50MM.CARCAÇA EM INOX          304.SUPORE DE SUCÇÃO EM          INOX 304. ROTOR EM INOX          304. ANÉIS DE VEDAÇÃO EM          BUNA N. SELO MECÂNICO DUPLO          LUBRIFICADO A ÓLEO:          SUPERIOR: FACES EM GRAFITE E          CERÂMICA. MOLA EM INOX 304 E          ELASTÔMERO (BORRACHA) EM          BUNA N; INFERIOR: FACES EM          CARBETO DE SILÍCIO. MOLA EM          INOX 304 E ELASTÔMERO          (BORRACHA) EM BUNA N.COM          QUADRO DE ACIONAMENTO          PARA PARTIDA DIRETA COM          BOIA ELÉTRICA INCLUÍDO.</p>	unidade	4	R\$ 39.568,00
3	<p>MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL 1,0 CV          ROTOR DE 78 MM MONOFÁSICO          IP68 230V.RECALQUE (POL)2".          CARCAÇA EM INOX 304. ISENTA          DE ÓLEO NO MOTOR (CÂMARA          SECA), A REFRIGERAÇÃO É          REALIZADA PELA ÁGUA PELA          QUAL ESTÁ SUBMERGIDA.          SUPORE DE SUCÇÃO EM INOX          304.ROTOR EM INOX 304. ANÉIS          DE VEDAÇÃO EM BUNA N. SELO          MECÂNICO DUPLO LUBRIFICADO          A ÓLEO: SUPERIOR: FACES EM          GRAFITE E CERÂMICA. MOLA EM          INOX 304 E ELASTÔMERO          (BORRACHA) EM BUNA N;          INFERIOR: FACES EM CARBETO          DE SILÍCIO. MOLA EM INOX 304 E          ELASTÔMERO (BORRACHA) EM          BUNA N. ALTURA MIN (M.C.A) /          VAZÃO LITROS POR HORA 1,5          METROS / 30.000 LITROS          HORA.ALTURA MÁX (M.C.A) /          VAZÃO LITROS POR HORA 7,7</p>	unidade	2	R\$ 15.290,66

	METROS / 6.000 LITROS HORA. COM QUADRO DE ACIONAMENTO MONOFÁSICO, PARA PARTIDA DIRETA COM BOIA ELÉTRICA.			
4	MOTOBOMBA CENTRÍFUGA DE INOX 2,0CV 130MM DE ROTOR 110/220V MONOFÁSICO IP21.SUCÇÃO (POL) 1". RECALQUE (POL) 1". ROTAÇÃO (RPM) 3500.ALTURA MIN (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 22 METROS / 15.600 LITROS HORA.ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 28 METROS / 5.900 LITROS HORA. COM QUADRO DE ACIONAMENTO MONOFÁSICO, PARA PARTIDA DIRETA COM BOIA ELÉTRICA.	unidade	2	R\$ 10.896,66
5	MOTOBOMBA CENTRÍFUGA 10,0CV 165MM DE ROTOR EM BRONZE 220/380/440V TRIFÁSICO. SUCÇÃO DE 2 1/2". RECALQUE 1 1/2". ALTURA MIN (M.C.A) / VAZ ÃO LITROS POR HORA 33 METROS /42,000/ POR HORA ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA 42 METROS /28,000/ POR HORAS	unidade	2	R\$ 20.569,33
6	MOTOBOMBA CENTRÍFUGA 4,0CV 164MM DE ROTOR 220v/380V TRIFÁSICO ROTOR (MM) 164MM GARANTIA 12 MESES SUCÇÃO (POL) 1 1/2" RECALQUE (POL) 1" ROTAÇÃO (RPM) 3500 TIPO DE MOTOR IP -21 2 POLOS ALTURA MIN (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA5 METROS / 20.900 LITROS HORA ALTURA MÁX (M.C.A) / VAZÃO LITROS POR HORA50 METROS / 5.000 LITROS HORA	unidade	2	R\$ 10.394,00
7	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 1,0 – 40,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUCÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS PARA FLUÍDO SULFATO DE ALUMÍNIO 50%.	unidade	1	R\$ 25.731,69

8	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 0,5 – 12,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS HIDRÓXIDO DE CÁLCIO 20%.	unidade	1	R\$ 18.387,03
9	BOMBA DOSADORA PERISTÁLTICA COM VAZÕES MÍNIMAS DE 6,0 – 80,0 L/H, CONTRAPRESSÃO DE 7 BAR, ENTRADA E SAÍDA DE SINAL 4-20MA, MANGUEIRA NO CABEÇOTE, MANGUEIRA PARA SUÇÃO COM VÁLVULA DE PÉ E MANGUEIRA PARA DESCARGA, ALIMENTAÇÃO BIVOLT; DISPLAY COM IDIOMA EM PORTUGUÊS. *MANGUEIRAS COMPATÍVEIS HIDRÓXIDO DE CÁLCIO 20%.	unidade	1	R\$ 23.808,90

6.4. Consideram-se incluídas nos preços avençados todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes do objeto tais como: mão de obra, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, fornecimento de todo material para realização do serviço, impostos, taxas e todo e qualquer custo, despesa e encargo relacionados ao objeto desta contratação.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. O item 01 deverá ser entregue na ETA II - localizado à entrada pela BR 267, Km 2, Estação de Tratamento de Água, Sítio Nova Delhi Machado MG. CEP 37.750-000. Coordenadas geográficas: 21°41'45"S 45°54'32"O, obrigatoriamente acompanhada da cópia da Nota Fiscal e Termo de garantia (modelo Anexo I).

7.2. Os demais itens deverão ser entregues no pátio da SAAE Machado/MG, localizado a Rua Mozart da Silva Pinto, 60, Loteamento do Parque, Machado/MG CEP 37750-000, obrigatoriamente acompanhada da cópia da Nota Fiscal e Termo de garantia (modelo Anexo I).

7.3. A empresa contratada deverá apresentar garantia de 12 meses após o vencimento da garantia prevista no Código de Defesa do Consumidor.

7.4. Os equipamentos elétricos devem estar em conformidade com as normas padrões da ABNT devendo atender plena e eficazmente às finalidades que deles naturalmente se esperam.

7.5 Entende-se por recebimento o descarregamento e acomodação dos equipamentos no local indicado, que será por conta da contratada e às suas custas.

7.6 O Prazo de entrega será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a emissão do empenho pela SAAE Machado/MG e Autorização de Fornecimento pelo setor responsável.

## 8. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1 Considerando o objeto licitado acredita-se que o não parcelamento da solução é mais viável economicamente, pois não há perda de escala e haverá melhor aproveitamento do mercado e

ampliação da competitividade. Dessa forma, optou-se pelo critério de julgamento menor preço por item.

## **9. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

9.1 Os equipamentos adquiridos serão aplicados nos sistemas de água e esgoto de forma a sanar ou mitigar a demanda pelos serviços de abastecimento dos reservatórios e tratamento de esgoto do Município de Machado/MG e seus Distritos.

9.2 Visa manter a qualidade dos serviços prestados com redução dos interrompimentos de fornecimento de água e aperfeiçoamento dos sistemas.

9.3 Os equipamentos são indispensáveis para a realização dos serviços ligados à atividade fim da autarquia. Deste modo com a presente contratação pretende-se manter com eficiência e qualidade todos os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

## **10. DAS PROVIDÊNCIAS**

10.1. Levando em conta que não há necessidade de adequação do ambiente, não há risco de fracasso da licitação por falta de adequação nas instalações da contratante, que já se encontra adequada a receber os equipamentos em estudo.

10.2 Designar responsável capacitado para receber, autorizar, supervisionar e conferir o objeto desta licitação.

## **11. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

11.1. Não se aplica, pois não serão necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes a serem realizadas juntamente com o objeto.

## **12. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. A empresa a ser contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, que se referem a critérios e práticas de sustentabilidade tais como:

12.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;

12.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

12.1.3. Racionalização/economia no consumo especialmente elétrica;

12.1.4. Adoção de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.


12.5. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes comprometidos com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

12.6. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem que utilize materiais recicláveis e/ou reciclados.

### 13. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE


13.1. Declara-se que a solução atende a demanda quanto à razoabilidade, viabilidade técnica, socioeconômica, operacional e ambiental dessa aquisição, sendo viável e necessária à Autarquia.

Machado/MG, 24 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **EDSON PRUDENCIANO DA SILVA**  
Data: 05/11/2024 13:14:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Edson Prudenciano da Silva  
Chefe Seção de expansão

Documento assinado digitalmente  
 **KLEBER RODOMAR RICARDO CAPRONI**  
Data: 05/11/2024 13:27:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Kleber Rodomar Ricardo Caproni  
Membro da comissão de contratação



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

**Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000

Telefones: (35) 3295-0750 – E-mail: [compras@saaemachado.mg.gov.br](mailto:compras@saaemachado.mg.gov.br)

**ANEXO I - TERMO DE GARANTIA**

Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	Telefone:	
Endereço Eletrônico:		
Nome do Representante Legal:		
Cargo:	RG:	CPF:

**REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO PRC Nº 019/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024**

**Prazo de garantia, a contar do recebimento definitivo dos produtos:**

- A assistência técnica será prestada na modalidade on-site (no local de trabalho) de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 08h00min as 17h00min.
- A garantia será de 12 (DOZE) meses, após o vencimento da garantia prevista no Código de Defesa do Consumidor, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

A empresa qualificada no preâmbulo deste instrumento, devidamente representada por quem abaixo subscreve, compromete-se perante o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Machado/MG (SAAE) Autarquia Municipal com sede na Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 - Loteamento do Parque - Machado/MG, CNPJ nº 22.228.688/0001-02, a corrigir, por sua conta exclusiva, dentro do prazo de garantia oferecido e aceito neste instrumento, independentemente de prazo diverso previsto na legislação civil, todo e qualquer vício, problema, defeito ou incorreção, de qualquer natureza, bem como quaisquer inadequações das especificações pactuadas, relativa aos equipamentos adquiridos em decorrência do Processo Licitatório PRC Nº 019/2024, Pregão Eletrônico Nº 014/2024, responsabilizando-se, integralmente, pela qualidade, solidez e segurança dos produtos fornecidos, de acordo com as seguintes condições:

1. O presente Termo abrange trocas, substituições e assistência técnica para garantir perfeito funcionamento dos equipamentos adquiridos pelo SAAE.
2. A empresa atenderá aos chamados, sem limite quantitativo, durante o período da garantia, arcando com todas as despesas relativas à execução do presente Termo, como impostos, taxas, emolumentos, encargos sociais, seguro, administração dos serviços, mão-de-obra especializada, equipamentos, entrega e transporte de produtos e pessoas, dentre outros.



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

**Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000

**Telefones: (35) 3295-0750 – E-mail: [compras@saaemachado.mg.gov.br](mailto:compras@saaemachado.mg.gov.br)**

3. Todos os serviços, trocas, coletas, entregas, verificações, etc., relacionados à garantia dos produtos, deverão ser realizados in loco, na sede do SAAE, situado a Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 – Loteamento do parque – Machado/MG, ou em suas dependências a depender do caso.
4. A abertura de chamados será efetuada por correio eletrônico e/ou por telefone. O tempo máximo de resposta a incidentes será de 3 (três) dias úteis, devendo os equipamentos defeituosos serem substituídos, se requisitado.
5. O atraso na execução dos serviços de garantia sujeitará à empresa a multa diária de 1% (um por cento) sobre a nota fiscal eletrônica de fornecimento, até o limite de 15% (quinze por cento).
6. A aplicação da multa não exige a empresa de efetuar os reparos ou serviços necessários.
7. O presente Termo não exime a empresa das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, nem prejudica a aplicação das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital Processo Licitatório PRC Nº 019/2024, Pregão Eletrônico Nº 014/2024.

Machado/MG, ..... de ..... de 20.....

---

Razão Social da Empresa  
Representante legal  
Cargo

**OBS 1: Este termo de garantia deverá ser anexado a Nota Fiscal no momento da entrega.**

**OBS 2: O recebimento definitivo do objeto somente será realizado mediante a apresentação deste Termo.**



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

CNPJ: 22.228.688/0001-02

Autoria Municipal criada pela Lei nº 549/66

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 – Loteamento do Parque

CEP: 37750-000

Machado – MG

Tel.: 35-3295-0750

[www.saaemachado.mg.gov.br](http://www.saaemachado.mg.gov.br)

## **ANEXO II - DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

### **AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MACHADO/MG**

**Processo:..XXX/2024**

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação ali definidos;
2. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega;
3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
6. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. Enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

---

**NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)**

**CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX**

**RG nº: X.XXX.XXX.X**

(assinatura e carimbo)